

## GLOBALIZAÇÃO E PLANETARIZAÇÃO.

### AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E A SOCIEDADE CIVIL

KORINNA HORTA

ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND

Esta intervenção enquadra-se no pensamento de ecologia política que mantém que os problemas ecológicos, ou o desenvolvimento sustentável, tem uma dimensão biofísica, por um lado, e uma dimensão política, por outro. Nesta perspectiva, problemas de protecção do meio ambiente não podem estar desligados da protecção dos direitos humanos e da democratização.

Gostaria de começar por falar do trabalho das ONG's para influenciar a cooperação internacional, um trabalho em que tenho estado envolvida há mais de dez anos. Este trabalho encontra-se focado nas grandes instituições financeiras internacionais, que são os bancos multilaterais de desenvolvimento; o maior dos quais é o Banco Mundial que trabalha de mãos dadas com o Fundo Monetário Internacional, o seu vizinho do outro lado da rua em Washington. O problema é como tornar estas instituições mais responsáveis ecológica e socialmente perante as populações e as comunidades locais, que supostamente pertencem ao grupo dos beneficiários dos bilhões de dólares anualmente investidos em programas intencionadas em promover o desenvolvimento.

Em seguida falarei de uma iniciativa tomada pelo EDF — Fundo de Protecção do Meio Ambiente —, a organização não governamental e sem fins lucrativos pela qual trabalho, e que dedica a grande maioria dos seus recursos a trabalhar sobre problemas de meio ambiente dentro dos próprios EUA. Um dos seus projectos a nível nacional é "scorecard" ou registo de resultados, que é uma experiência de utilização da via electrónica, a Internet, para dar acesso mais fácil a particulares e a populações locais a dados e conhecimentos sobre a poluição nas suas áreas de residência e de trabalho. Assim, podem ficar a saber detalhadamente quais são as empresas industriais poluidoras,

quais as substâncias que emitem para o ar, a água ou o solo. Para além disto, este projecto informa como as comunidades e os indivíduos podem ter uma voz para influenciar estas empresas a reduzir a poluição, e tornar estas empresas mais responsáveis perante as populações que são afectadas pelos seus processos de produção ou os seus produtos.

## O Nível Internacional

A nível internacional, as instituições financeiras internacionais têm uma influência, muitas vezes predominante, em determinar a qualidade de meio ambiente em muitos dos seus países credores. A missão oficial destas instituições (como se pode ler nas suas muitas brochuras coloridas), é de aliviar a pobreza e de promover o desenvolvimento sustentável nos países chamados em vias de desenvolvimento e, desde a desintegração da União Soviética, nos países com economias chamadas em transição. Estas instituições multilaterais são públicas, i.e. os seus financiamentos vêm directamente de contribuições dos seus Estado Membros mais ricos; em primeiro lugar os Estados Unidos, seguido pelo Japão, a Alemanha, a França e o Reino Unido. Portugal também é um país que contribui para estas instituições, a sua contribuição para o braço do Banco Mundial (International Development Association — IDA) que concede empréstimos aos países mais pobres é de cerca de 0,20% do capital, enquanto que os EUA contribuem cerca de 20%. Como o voto dentro destas instituições é proporcional à contribuição financeira, Portugal não tem tanta influência, mas tem um representante permanente no Banco Mundial, e em conjunto com outros países, poderia fazer ouvir a sua voz se tivesse a vontade política de o fazer.

Embora as instituições financeiras internacionais façam parte do sistema das Nações Unidas, o seu modo de funcionamento é muito diferente. Elas não são responsáveis perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, e de um modo geral, têm a reputação de serem muito arrogantes e de não trabalharem bem com as outras agências das Nações Unidas. Nas Nações Unidas cada país tem um voto, independente do seu tamanho ou poder na cena internacional, i.e. São Tomé e Príncipe e a China, têm cada um um voto. Enquanto, como já referi, nas instituições financeiras internacionais, o voto depende dos recursos financeiros com que o país contribui para as instituições. Esta contribuição pode ser directa, i.e. os países transferem uma pequena parte das receitas do Estado (impostos que toda a gente paga) para as instituições, ou pode ser uma contribuição indirecta sob a forma de garantias, que possibilitam as instituições angariar fundos nos mercados internacionais de capital. Outra diferença entre as agências das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais, é que as primeiras dispõem de meios muito reduzidos em comparação com as instituições financeiras... só são estas

últimas que exercem uma grande influência dado o grande peso dos seus próprios investimentos, estimados em cerca de US\$30 bilhões por ano. Mas esta influência ultrapassa os seus próprios investimentos porque como é muitas vezes o caso — dinheiro atrai mais dinheiro —, *i.e.* os investimentos das instituições financeiras internacionais atraem outros doadores, como agências bilaterais de cooperação, e de uma forma crescente também investimentos do sector privado, que prefere investir onde já haja presença de investimentos públicos.

A nível internacional, somos poucos e espalhados por um número de países, os que estamos a trabalhar nesta área e os nossos meios são muito limitados. Decidimos trabalhar sobre as instituições financeiras internacionais precisamente por causa do seu grande peso... a ideia é de seguir o traço do dinheiro; como estes dinheiros de que falamos são meios financeiros públicos, o público tanto nos países que contribuem com o dinheiro, como nos países que são os destinatários do dinheiro, deveria ter o direito de saber como é que está a ser utilizado. Uma vez que a informação sobre o fluxo de capital está a ser assegurada, o problema é de tentar influenciar como este dinheiro é gasto, tentar impedir que em muitos casos continue a financiar desastres ecológicos que ainda tornam mais pobres as populações, que supostamente são os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento. Para além de tentar fazer um controle dos danos ("damage control") criados pelas instituições, o problema que se põe é de oferecer alternativas positivas, *i.e.* investimentos que representam as prioridades das populações locais. Para além de investimentos nos sectores sociais, são investimentos em áreas que beneficiam o meio ambiente e os recursos naturais, de que grande parte da população do mundo depende directamente para a sua sobrevivência e o seu bem-estar material e espiritual. Este tipo de investimento alternativo muitas vezes tem de ser em pequena escala, e requer uma participação activa das populações nas tomadas de decisão, enquanto que as instituições financeiras internacionais estão estruturadas de uma forma que administrativamente preferem fazer empréstimos muito grandes de muitos milhões de dólares que estão cedidos directamente a Governos, e que por sua vez têm muitas vezes pouco interesse numa participação activa de populações locais na tomada de decisões.

As instituições financeiras internacionais são instrumentos da globalização. A sua filosofia — conforme as intenções dos países doadores — está baseada na doutrina económica neo-liberal, em que o desenvolvimento dos chamados países pobres depende de uma maior integração no mercado mundial, sem ter em consideração as consequências sociais e ecológicas da aplicação formulária desta doutrina.

O processo da globalização favorece a emergência de mercados financeiros internacionais, a integração vertical das empresas, um mundo único de consumo das mesmas coisas de uma faixa da população do mundo. A lógica por detrás da construção do global, é que o global domina as suas partes componentes, ou por

outras palavras, as partes estão a ser sacrificadas para possibilitar o global. As partes sacrificadas podem ser povos tradicionais, regiões, ecossistemas, etc.

O contrapeso, a globalização é o que alguém se lembrou de chamar de "planetarização". É uma reacção ao paradigma da globalização que oferece resistência ao sacrifício das partes. A ideia é de criar e reforçar a ligação entre as muitas partes componentes do global pelas suas bases sociais. É uma maneira de construir o mundo global baseado em todas as suas partes, sem necessitar do sacrifício e da exclusão de uma parte delas.

Na campanha para a reforma das instituições financeiras multilaterais, a ligação entre as bases sociais, muitas vezes representadas por organizações não governamentais, é crucial. Estas ligações são frequentemente feitas entre organizações de protecção do meio ambiente do Norte e organizações de acção social do Sul. Este intercâmbio e a formação de coligações entre grupos geograficamente distantes é muito facilitado pelos meios de comunicação — os mesmos que promovem a globalização — *i.e.*, o fax, melhores comunicações telefónicas, e cada vez mais a Internet como forma mais económica de trocar informação.

As ONG's do Norte têm frequentemente melhor acesso à informação sobre os planos das instituições multilaterais, especialmente nos Estados Unidos, onde os cidadãos podem ter mais acesso às instituições do Governo e aos seus representantes no Congresso americano do que na Europa, onde existe muito mais a tendência de burocrática dos Estados ou, do facto da própria Comunidade Europeia ser muito mais fechada. O exemplo que gosto de citar neste contexto é que nos Estados Unidos há um "freedom of information act", uma lei que cidadãos podem utilizar para obter informação sobre actividades do Estado, enquanto no Reino Unido há um "official secrecy act" em que muitas informações básicas beneficiam do segredo de Estado (incluindo as suas políticas de cooperação, uma coisa que o Governo Trabalhista promete mudar). No caso da Alemanha, por exemplo, que conheço bem, é muito mais difícil ir bater às portas dos altos responsáveis em Bona e ser-se recebido, do que em Washington. Neste momento, ONG's na Europa em países individuais, mas também a nível da União Europeia, estão a trabalhar no sentido de pressionar as instituições governamentais para haver uma maior transparência nas suas actividades, em particular no que se refere à sua cooperação com países chamados em vias de desenvolvimento.

Esta maior abertura inicial nos EUA, (que pode ter os seus efeitos também meio perversos como os detalhes do caso Clinton-Lewinski do relatório Starr espalhados pela Internet), tem ajudado a lançar a campanha internacional para a reforma das instituições financeiras internacionais.

As informações mais facilmente obtidas em Washington e em outras capitais do Norte podem dizer-nos, por exemplo, quanto dinheiro está a ser planeado para um determinado projecto, como a construção de barragens, ou para certos sectores como o sector florestal de um determinado país. Esta informação é

transmitida a organizações em outros países. Os grupos ou ONG's nos países do Sul muitas vezes não podem obter esta informação dos seus próprios Governos. Com base nesta informação básica, organizações locais podem informar e consultar as populações mais directamente afectadas e investigar quais as consequências sociais e de meio ambiente dos projectos propostos.

Em muitos casos, estas investigações demonstram que os projectos não tomam em conta que comunidades locais têm de ser reestabelecidas em outros lugares (por exemplo, para fazer espaço para a construção de uma barragem), e que estas comunidades perderão não só as suas casas, mas também a sua maneira de subsistir, porque perdem os seus campos, áreas de pastagem e sítios de abastecimento de águas, e toda uma maneira de viver, sem lhes oferecer uma alternativa que seja aceitável para elas. Também não tomam em conta os efeitos ecológicos, a erosão, os efeitos nas áreas de jusante, a diminuição da sua produtividade agrícola e o desaparecimento de muitas espécies de plantas e animais.

O intercâmbio dos conhecimentos profundos locais das organizações nas áreas onde se realizam os projectos com organizações do Norte, tem possibilitado a formação de "lobbies" efectivos para informar os media, membros do Congresso no caso dos EUA, e de membros de Parlamntos no caso da Europa, sobre os impactos de muitos destes projectos. Frequentemente, mega-projectos intencionados para promover o desenvolvimento estão, de facto, a subminar o potencial de desenvolvimento a longo prazo, e os seus efeitos ambientais negativos estão a levar a um maior empobrecimento de milhões de pessoas em muitos países do Sul. Os benefícios deste tipo de projecto, muitas vezes acentuam ainda mais grandes desigualdades sociais, com os benefícios concentrados nas elites nacionais do Sul e companhias multinacionais.

Um pequeno exemplo são investimentos do Banco Mundial na construção de estradas em Moçambique. Numa entrevista muito corajosa dada por um funcionário do Banco Mundial residente em Maputo, este critica os responsáveis da sua própria organização por terem gasto grandes quantidades de dinheiro na construção tecnicamente inapropriada de estradas em Moçambique. Não só eram intensivas em termos de capital, importando tudo desde os equipamentos até ao asfalto, etc. A manutenção também depende de importações, e por isso é muito cara e não sustentável. Poder-se-ia ter escolhido tecnologias mais apropriadas dependendo mais de matérias primas existentes no país e da mão-de-obra. Gastaram-se centenas de milhões de dólares que aumentam a dívida externa do país, mas as estradas de asfalto desintegram-se com a passagem do primeiro camião na época das chuvas.

Outro aspecto dos mega-projectos é que facilitam a corrupção. No caso da Indonésia, por exemplo, documentação interna do Banco Mundial revela que se sabia que uma grande percentagem dos seus investimentos era desviado por membros da família de Suharto e seus amigos, mas resolveu-se não agir. Pelo

contrário, não obstante os problemas de genocídio em Timor-Leste e a violação de direitos humanos em províncias da Indonésia, a Indonésia era caracterizada como um país modelo de desenvolvimento, um cliente exemplar do Banco Mundial, até à queda de Suharto.

Existe uma pluralidade de organizações que trabalham para influenciar a cooperação internacional, e o objectivo é de cada vez mais formar aquilo que o Prof. Viriato Soromenho Marques chama de "cidadania ambiental internacional". É necessário haver cooligações de organizações do Norte e do Sul. Quando organizações do Norte trabalham por si sós, podem facilmente cair numa atitude neo-colonialista. Infelizmente, algumas ONG's do Norte, especialmente aquelas estritamente preocupadas com questões de conservação da natureza e estabelecimento de parques naturais nos países do Sul, também não consultam as populações locais e não tomam em conta as suas necessidades e prioridades. As organizações do Sul, por si só, não têm fácil acesso aos media e aos responsáveis políticos do Norte, nem aos seus próprios países onde muitas vezes a classe dominante considera-as subversivas.

E em conjunto, que organizações da sociedade civil podem fazer sentir a sua influência? Depois de 10 anos deste tipo de trabalho, as instituições financeiras internacionais têm sido obrigadas a adoptar uma série de directivas sociais e ambientais positivas. Por exemplo, agora as instituições financeiras internacionais estão obrigadas a realizar estudos de impacto ambiental com consultas directas das ONG's e populações afectadas. Existe uma política de informação que assegura o acesso do público aos estudos de impacto ambiental. Existe uma directiva de protecção dos povos indígenas que — pelo menos em teoria — obriga as instituições a não financiar projectos nas áreas indígenas tradicionais sem o explícito consentimento dos povos indígenas, e sem assegurar que eles sejam beneficiários dos projectos.

Estas novas políticas têm feito alguma diferença, especialmente em casos em que a campanha das ONG's conseguiu captar a atenção dos media e de representantes políticos no Norte. Assim, houve o cancelamento do financiamento de algumas barragens, como a barragem Arun no Nepal, e a barragem Narmada na Índia. De uma forma geral, verificou-se que projectos que prejudicam o meio ambiente também não fazem sentido em termos económicos porque a sua viabilidade económica depende de fortes subsídios dos cofres públicos e o cálculo dos seus custos e benefícios não inclui os custos da degradação ambiental.

Em casos de outros mega-projectos, a atenção pública, gerada pelas ONG's, ajudou a fortalecer a posição dos especialistas de meio ambiente dentro das próprias instituições, o que levou a melhorias na execução dos projectos com mitigação dos seus impactos negativos, tanto em termos sociais como ambientais.

Mas estes ainda continuam a ser casos pontuais, e a implementação das novas políticas na prática, continua a ser muito problemática.

## O exemplo da Política Florestal do Banco Mundial

Nos anos 80, o Banco Mundial financiou grandes projectos de colonização da floresta tropical no Brasil e na Indónesia a pedido das ditaduras militares naqueles países então no poder, que queriam ocupar a floresta amazónica brasileira, e as ilhas da faixa exterior do arquipélago indónesio, por razões geopolíticas. A campanha internacional contra estes projectos conseguiu demonstrar que estes projectos não só levaram à destruição massiva da floresta, como também empobreciam ainda mais os pequenos agricultores enviados para estas zonas, uma vez que o tipo de solos não se prestava à agricultura que eles conheciam. Ao mesmo tempo, levava à crescente marginalização dos povos indígenas da floresta e de outras comunidades, como o caso dos seringueiros no Brasil, que dispõem de conhecimentos de como viver na floresta e dos seus produtos sem a destruir. No caso do Brasil, a campanha estava baseada numa aliança entre organizações ecológicas do Norte e os sindicatos dos seringueiros no Estado do Acre no Brasil. O líder mais conhecido foi Chico Mendes, que a convite das organizações do Norte visitou os Estados Unidos algumas vezes para dar testemunho directo sobre os impactos dos programas financiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento ao Congresso americano, e em encontros com directores dos próprios Bancos. A sua crescente reputação internacional como defensor da floresta não o conseguiu proteger das balas assassinas que o atingiram há 10 anos atrás. Mas o trabalho que ele e os seus colegas desenvolveram em conjunto com organizações de protecção ao meio ambiente, resultou na terminação de financiamentos internacionais para projectos de colonização de florestas. Também resultou numa maior atenção dada aos investimentos nas áreas de demarcação de terras indígenas e do estabelecimento de reservas extractivas, a colheita de produtos da floresta como a borracha, como alternativas à colonização e ao estabelecimento de grandes fazendas de gado.

Enquanto que a colonização das florestas deixou de ser financiada, os Bancos continuaram a investir na extração de madeiras, que é uma das causas principais da desflorestação. Uma parte destes investimentos foram dirigidos para a costa ocidental da África, para países como Cote d'Ivoire e o Gana que já tinham sofrido uma desflorestação muito grande, e conseqüentemente, alterações no regime das chuvas, e que como resultado viam a sua produção agrícola cada vez mais diminuída e menos capaz de contribuir para a segurança alimentar das suas populações. Uma campanha das ONG's em torno destas florestas levou o Banco Mundial a finalmente reformular a sua política de florestas. A nova política proíbe o Banco de investir directamente na extracção de madeiras em florestas tropicais húmidas, e promete que o Banco vai seguir uma política inter-sectorial no que se refere às florestas... quer dizer que vai ter em conta as conseqüências sobre as florestas de investimentos em outros sectores, como construção de estradas, barragens, etc.

Na prática, todavia, a implementação da política deixa muito a desejar, e o Banco continua a financiar muitos projectos como a construção de óleoductos e outras infraestruturas sem medidas eficazes para proteger a floresta e as populações que directamente dependem dela.

Uma crescente área de investimento são as plantações industriais de eucaliptos e pinheiros, com as quais Portugal também tem alguma experiência. São organizações na América Latina, especialmente no Uruguai e no Chile, que estão agora a liderar uma batalha para influenciar este tipo de investimentos. Não querem que as suas áreas naturais sejam transformadas em plantações de monoculturas que geram pouco emprego, necessitam de fortes subsídios do Estado para serem viáveis, destroem a biodiversidade, e perturbam os ciclos hidricos. Ainda por cima, os troncos são exportados sem nenhum valor acrescentado na forma bruta para serem transformados em outros países. Recentemente, ouvi um professor uruguaio dizer: "Hoje estamos pior do que no princípio do século; naquela altura, com a invenção das câmaras frigoríficas começámos a exportar a carne já processada, promovendo emprego e desenvolvimento; antes dos frigoríficos exportava-se gado vivo, que viajava em pé nos barcos com destino aos matadouros de Inglaterra para aí ser tornado em rosbife... Hoje exportamos os troncos cortadas das árvores... e como transportar o gado em pé?"

### **Barragem de Lesoto — África Austral**

Peritos em questões hidricas estão cada vez mais a dar voz à sua preocupação de possíveis guerras de água. Uma destas guerras teve recentemente lugar na África Austral e resto do mundo soube pouco sobre isso. Foi quando tropas sul-africanas invadiram o pequeno reino independente do Lesoto. A invasão sul-africana deu-se na sequência de protestos no Lesoto contra a falta de reformas democráticas no país, que ameaçavam fazer cair um Governo corrupto e com pouco respeito pelos direitos básicos dos seus cidadãos. As tropas sul-africanas foram enviadas para o Lesoto não só para proteger o Governo, mas sobretudo para defender a barragem mais alta construída em toda a África. A barragem de Katse, que foi concebida durante os anos do Apartheid, tem como objectivo desviar as águas do Rio Orange das montanhas do Lesoto para a zona industrial da África do Sul, a área de Joanesburgo. A barragem de Katse foi possibilitada por um financiamento do Banco Mundial que levou muitos outros investidores a participarem também no projecto. O projecto criou grandes problemas sociais para as populações das montanhas, cuja subsistência está ameaçada pela inundação das suas poucas terras férteis, destruição das suas fontes de água, etc. Os problemas ecológicos só receberam uma atenção formal, sem levar a medidas eficazes de combater os problemas, como, por exemplo, a erosão, assegurar a

própria qualidade das águas na barragem, assegurar a sobrevivência de algumas espécies de pássaros, peixes, e de plantas medicinais locais, etc.

Mas, pode-se perguntar, "talvez esta água que agora vai para a área de Joanesburgo, ao menos vai abastecer as populações negras nos "townships" sul-africanas que sofrem desde os dias de Apartheid com a falta de água." Não, porque o projecto torna a água tão cara que não a podem comprar, e o projecto nem sequer incluí as infraestruturas necessárias para canalizar as águas para as áreas pobres.

Ecologistas sul-africanos fizeram cálculos e chegaram à conclusão que o abastecimento dos "townships" poderia ter sido feito a um custo que é só uma pequena fracção dos custos da barragem. O que era preciso fazer era reparações nos sistemas antigos de canalização para simplesmente eliminar as fugas de água (estimadas em cerca de 50%), e uma maior poupança de água na rega das relvas das casas das classes altas e médias na área de Joanesburgo e Pretoria, que representa o maior consumo de água.

A guerra do Lesoto levou à destruição de Maseru, a capital, e a um número desconhecido de mortos. O povo de Lesoto sofre, ele próprio, de faltas de água, e agora vê a sua água exportada. Os grandes beneficiários são as sociedades de construção e de engenharia, como o consortium das fábricas de cimento da África Austral, que recentemente festejaram o projecto. A última ironia da invasão do Lesoto, que foi anunciada esta semana na televisão sul-africana, é que o Lesoto vai ter que pagar pela invasão (afinal foi o Governo do Lesoto que convidou as tropas sul-africanas). Como o país não tem meios financeiros, vai ter que exportar a sua água para a África do Sul de graça.

É um exemplo do muito que resta a fazer para assegurar que os grandes financiamentos de cooperação sejam dirigidas a projectos em escala mais pequena, que tenham a questão da equidade de água como prioridade.

A campanha internacional ainda não conseguiu romper o círculo vicioso do funcionamento das instituições financeiras internacionais. Este funcionamento continua a ser dominado por prazos a cumprir, grandes quantias de dinheiro que têm de ser movimentadas em prazos curtos. Infelizmente, os incentivos dos funcionários das instituições financeiras internacionais para avançar nas suas carreiras profissionais continuam a ser baseados na quantidade de dinheiro movimentado, e pouco tem a haver com a qualidade dos projectos financiados. Ficam prejudicados os funcionários que têm a ousadia de levantar questões sobre a substância dos processos consultivos com populações locais, a qualidade ambiental dos projectos, e a sustentabilidade dos investimentos a longo prazo. Este tipo de pergunta pode levar a atrasos no desembolso dos recursos financeiros, que por sua vez pode levar a uma diminuição das contribuições financeiras dos Estados Membros doadores para as próprias instituições, e assim, reduzir potencialmente o poder das suas grandes máquinas burocráticas.

Como vêem, o trabalho à nossa frente continua a ser muito. Para quem estiver interessado em saber mais ou participar mais directamente, estou à vossa disposição.

## Chemical Scorecard

Temos estado a falar da necessidade de transparência a nível da cooperação internacional, e antes de terminar, gostaria de mencionar um trabalho no sentido de aumentar a transparência dentro dos EUA.

Depois da tragédia de Bhopal na Índia em 1984, que resultou de fugas de gás venenoso numa multinacional americana, e levou à morte cerca de 4000 pessoas, e afectou a saúde de talvez meio milhão de pessoas, houve cada vez mais vozes a exigir o direito das populações a saberem quais os perigos tóxicos a que estão expostas... em inglês, chama-se "Communities' Right to Know".

Milhões de kilogramas de substâncias químicas estão a ser lançadas para o ar e para as águas todos os anos. Algumas destas substâncias estão reconhecidas como perigosas para a saúde humana, outras são suspeitas, e de um grande número destas substâncias pura e simplesmente sabe-se muito pouco ou nada. Nos EUA, as companhias têm de informar a Agência de Protecção do Meio Ambiente sobre as suas emissões de substâncias químicas. Mas estas informações não são facilmente acessíveis a pessoas particulares ou comunidades.

O EDF pensa que uma das melhores formas de proteger o meio ambiente é dar às pessoas a informação que necessitam para identificar perigos químicos para lhes ajudar a evitar estes perigos, e de fazer ouvir a sua voz na pressão face às companhias responsáveis por estas substâncias, de modo a melhorar as suas medidas de segurança.

Por isso, desenvolveu um livro de registo de resultados ("Scorecard") electrónico que possibilita o acesso a informações sobre a poluição industrial nas áreas onde as pessoas vivem ou trabalham.

Pode-se ir à Web site do EDF, procurar a "scorecard", e depois que uma pessoa entra no seu código postal, pode ficar a saber:

- (1) Quem são os poluidores na área?  
(Os dados só cobrem os poluidores que estão obrigados a fornecer dados à U.S. Toxics Release Inventory).
- (2) Qual é o grau de poluição?
- (3) O que sabemos das substâncias químicas?  
(Características das substâncias químicas contendo informação sobre resultados de testes dos seus impactos sobre a saúde humana, os seus impactos no meio ambiente, e se existe legislação).
- (4) Que tipos de substâncias químicas podem causar certos efeitos na saúde humana?
- (5) O que faz o Governo para controlar estas substâncias químicas?
- (6) O que é que nós, os cidadãos comuns, podemos fazer?  
(Como, por exemplo, enviar um fax às empresas responsáveis, etc.).

Este tipo de transparência está a levar a mudanças ecológicas positivas. A transparência não é só útil para os particulares, mas também para o Governo, porque é um sistema que lhe custa quase nada em termos administrativos, e é útil para as próprias empresas porque aumenta a consciência da sua gerência, e fornece informações importantes aos seus investidores e às companhias de seguros. Esta transparência também promove o diálogo porque torna mais difícil para as companhias não responderem às perguntas e preocupações do público. Para além disto, permite estabelecer ligações entre indivíduos e organizações com o interesse comum de partilhar as suas estratégias técnicas ou não-técnicas.

O livro de registo de resultados é um bom começo, mas ainda há muita informação que não está disponível, como por exemplo, a informação relativa à poluição de águas causada pela indústria petroléira que continua a ser muito incompleta.